

Governador atende solicitação do deputado Raimundo Santos

Helder Barbalho acata pedido do parlamentar e permite ações sociais de denominações religiosas

governador do Pará, Helder Barbalho, atendeu a uma sugestão do deputado Raimundo Santos (Patriota) e concordou em liberar as igrejas para a assistência social e o atendimento a pessoas em estado de vulnerabilidade. A notícia foi divulgada em vídeo pelo parlamentar nas suas redes sociais.

0 decreto governamental do lockdown com a autorização foi publicado na terça-feira, 12 de maio.

"O governador me ligou dizendo que tinha aceitado colocar no decreto de lockdown a liberação para que as igrejas continuassem a fazer as ações de atendimento e assistência social àquelas pessoas pobres, em estado de vulnerabilidade", disse o líder do Patriota na Assembleia Legislativa.

Assim, ações sociais como da Assembleia de Deus com a entrega de casas construídas, cestas básicas, álcool em gel e artigos de higiene estão permitidas, mas cumprindo devidamente as normas sanitárias para a prevenção ao novo coronavírus.

"Os cultos continuam a ser de modo remoto, não podem ainda ser ainda de forma presencial nesse período [de pandemia]", informou, lembrando que "a própria Constituição Federal já proclama a liberdade religiosa, a proteção dos locais de culto".

O deputado Raimundo Santos disse que, "na força da fé", espera que o isolamento social não demore mais



t a n t o t e m p o , medida de enfrentamento possibilitando a realização à pandemia do novo dos cultos presenciais coronavírus, suspendeu com os abraços entre os desde que entrou em irmãos, as orações e as vigor, em 7 de maio, emoções habituais. "O suspendendo todos os nosso Deus é o deus da serviços não essenciais, e nossa nação", declarou.

CUIDADOS

instituído pelo governo do prorrogado na Região Estado, por meio do Metropolitana de Belém, decreto nº 729/2020, como encerrando-se no dia 24.

restringiu a circulação de pessoas.

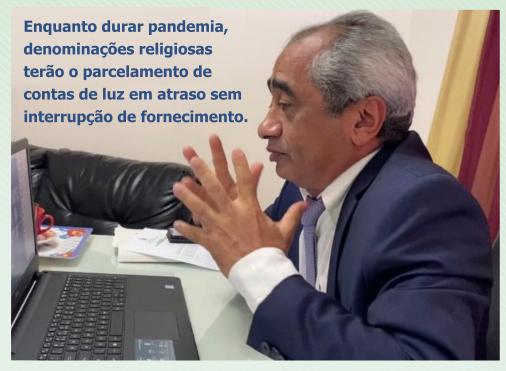
O decreto do O lockdown, governo não seria mais

Parlamentar garante mais benefícios a igrejas

pós conseguir com o governador Helder Barbalho reconhecimento das atividades sociais e o atendimento à população pelas igrejas e denominações religiosas em geral como essenciais, o deputado Raimundo Santos (Patriota) foi também atendido ao solicitar à Equatorial Energia Pará, ex-Celpa, condições especiais para o segmento não ficar sem energia elétrica e ainda ter o parcelamento de débitos em atraso nos últimos três meses.

Ele alegou que há grandes dificuldades na manutenção dos espaços, muitos alugados, e o pagamento em dia das contas de luz, água, telefone, entre outras despesas, por causa da proibição dos cultos presenciais, onde normalmente ocorre a maior arrecadação de dízimos e ofertas para honrar os compromissos.

A determinação, por Ato Normativo, é do governo estadual, como medida preventiva à propagação do novo coronavírus.



A solicitação do parlamentar ocorreu via e-mail no dia 18 passado diretamente ao presidente da concessionária, Marcos Antônio Souza de Almeida, que respondeu em 24 horas: "Acusamos o recebimento do pleito de Vossa Excelência, o qual será devidamente conduzido pelo Dr. Álvaro Bressan [assessor da presidência] e o nosso Diretor Comercial, Sérgio Oliveira, de modo encontrar a melhor negociação entre as partes".

"O presidente foi muito solícito e, na sua atenciosa resposta ao meu ofício, já antecipou que o assunto seria tratado, de imediato, pela sua diretoria, e que teria um deslinde favorável no sentido de que haveria o atendimento", disse o líder do Patriota na Assembleia Legislativa. Com a concordância do executivo, que irá proporcionar acordos caso a caso com as instituições religiosas, o deputado Raimundo Santos deu entrada a moção 285/2020, requerendo que o próprio Parlamento apresente, como representação institucional dos interesses do povo, solicitação à Equatorial com os mesmos propósitos.



BENEFÍCIOS ORIGINALMENTE SOLICITADOS

- Suspensão do corte de fornecimento de energia elétrica a entidades religiosas enquanto durar a vedação dos cultos presenciais (...), como medida de combate à pandemia da Covid-19.
- Parcelamento das faturas de consumo dos meses de março, abril e maio de 2020 em 36 meses, devendo a primeira parcela ser incluída no faturamento do mês de junho/2020.
- Caso o impedimento dos cultos se prolongue por mais meses, a partir de junho/2020, o parcelamento incluirá, também, esses meses, pelo que a primeira parcela somente poderá ser cobrada na fatura do mês no qual ocorra o efetivo restabelecimento das reuniões e cultos presenciais.

Pandemia: deputado pede detalhes sobre gastos de prefeituras

TCMPA, que já identificou irregularidades, será comunicado pela Alepa

necessidade da prática de aplicações responsáveis de recursos financeiros liberados a municípios que tiveram calamidade pública no Pará levou o em requerimento, por meio da Assembleia Legislativa, informações detalhadas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado (TCMPA) sobre as orientações técnicas e legais e aprovado pela Alepa quanto aos gastos

no período da pandemia do novo novo coronavírus, com o fito de coronavírus/Covid-19.

No requerimento 114/2020, gestores municipais". reconhecimento do decreto de recebido pelo protocolo da Mesa Diretora da Alepa no dia 13 de maio, o parlamentar deputado Raimundo Santos a solicitar reivindica "em caráter de urgência", informações sobre "o programa específico criado pela referida Corte para orientar e acompanhar os municípios paraenses, que tenham decreto de calamidade pública

A preocupação com a medidas de fiscalização dos investimentos realizados no combate à pandemia do conceder soluções técnicas e legais aos

> No documento, ele também pede que "o TCM informe a situação atualizada de acompanhamento dos referidos gastos, e quais as resoluções, portarias e instruções normativas" que o órgão editou acerca do tema e citadas em reportagem no jornal "O Liberal", edição de 4 de abril.

"O TCM é um órgão sério na monitoração desses gastos, mas o nosso Parlamento quer o detalhamento da condução dessas ações para levá-las ao maior conhecimento da população."

Deputado Raimundo Santos

Na matéria é relatada a existência de 102 processos licitatórios, que totalizam R\$ 233,5 milhões, relacionados ao combate ao quadro sanitário, apresentando problemas ou mesmo infringindo as leis vigentes para o fim a que se destina.

O deputado Raimundo Santos faz questão de elogiar o acompanhamento do TCM aos jurisdicionados com orientações e fiscalização inclusive por robô, que faz varreduras nas licitações dos 144 municípios para identificar eventuais irregularidades.

Privilégio e sonho realizado

O deputado Raimundo Santos considerou "um privilégio" e agradeceu a Deus ter contribuído para a realização de um sonho do casal Agostinho Monteiro e a dona Clotilde Martins: o recebimento da casa própria na Passagem Capataz Abílio, 86, no bairro Barreiro, em Belém.

Para o momento especial, tudo foi feito com os devidos cuidados



sanitários e sem aglomerações nesses tempos difíceis de pandemia. A ação solidária ocorreu por meio da Missão de Construção de Casas para Famílias Necessitadas da Assembleia de Deus.

Igreja orienta para auxílio emergencial



Em ação solidária contínua, a "Missão Cidadania" da Assembleia de Deus está ajudando famílias necessitadas em atendimento com orientações e/ou cadastramento no programa de auxílio emergencial do governo federal.

O serviço, com atendimento telefônico e agendamento presencial caso necessário, é uma iniciativa do pastor Samuel Câmara, presidente da igreja-mãe na capital.

A força-tarefa, com as devidas precauções para evitar aglomerações, é desenvolvida nos polos regionais da igreja, sob a coordenação do pastor Raimundo Santos Júnior.

Covid-19: parlamentar quer proteção às comunidades indígenas

Requerimento à Alepa aciona Funai sobre ações preventivas para evitar genocídio no Estado

ameaça real da pandemia do novo coronavírus/Covid-19 entre os povos indígenas do Pará, considerados mais vulneráveis e sem estrutura satisfatória do sistema de saúde, gerou requerimento do deputado Raimundo Santos na Assembleia Legislativa, em que solicita, por meio do Parlamento, informações detalhadas da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre as medidas

eventualmente tomadas pela instituição para evitar a infecção nas áreas aborígenes em possível parceria com a Secretaria de Estado de Saúde. Segundo o deputado, no requerimento 113/2020, apresentado no dia 13 de maio, foram requeridos dados acerca das aplicações financeiras previstas para as operações, as garantias protetivas do governo



completa dos povos que mil indígenas, falantes de e contemplados.Conforme troncos linguísticos dados da Articulação dos karib, macro jê, pano, Povos Indígenas do Brasil nhegatu, tupi, juruna, (Apib), até o dia 22 desse mundurucu, entre outros mês, 110 indígenas haviam morrerido de Covid-19 no 26% do Estado, País, e houve mais de 700 distribuídos em torno de casos registrados em 53 77 terras indígenas em etnias. De acordo com a diversos estágios de Coordenação das regularização Organizações Indígenas da (homologadas, Amazônia Brasileira demarcadas, declaradas, (Coiab), o Pará abriga uma publicadas das maiores diversidades reivindicadas), no total de étnicas do País: são mais de 52 municípios.

federal e a relação 55 e aproximadamente 70 dezenas de idiomas dos –, habitando em mais de

REPÓRTER

Segunda-feira, 11 de maio de 2020

O deputado Raimundo Santos (Patriota) acaba de acionar a Fundação Nacional do Índio solicitando informações sobre as medidas emergenciais para a prevenção de contágio das populações indígenas por Covid-19, risco que pode ocasionar genocídio de etnias, segundo o Ministério Público Federal do Estado.

O parlamentar solicitou o detalhamento das ações ao presidente Marcelo Augusto Xavier da Silva, à Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável e Diretoria de Proteção Territorial, além de pedir contato direto com a Secretaria de Saúde Indígena e representantes regionais da Funai.

Dicas para superar a pandemia



Virou manchete!



LINHA DIRETA

O deputado estadual Raimundo Santos agradeceu ontem ao governador Helder Barbalho, através de telefonema, pelo deferimento de seu pedido para a liberação das igrejas exclusivamente para prestação de serviços de assistência social e atendimento à população carente.